

O COMBATE FOME E A DESNUTRIÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Edna Câmara Monteiro¹
UVA/UNAVIDA
edna_9909@hotmail.com

Lusia Lameira²
UVA/UNAVIDA
Lameira.luz@gmail.com

Moizés Franco Ferreira³
UNINTER
moizesfranco@hotmail.com

Verônica Marques da Silva Barbosa⁴
PMCG/PB
profveronicam@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo que buscou discutir a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no combate a fome e a desnutrição em crianças e adolescente em idade escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica para a qual recorreremos a legislação vigente que trata da política de alimentação e nutrição do escolar e autores que discutem a Política Pública de Alimentação Escolar e a desnutrição da criança em idade escolar. Durante a pesquisa verificou-se que a legislação e diversos estudos realizados sobre a temática consideram que, se alimentar de forma saudável é fundamental para o desenvolvimento integral de todos indivíduos, portanto o tema da educação alimentar e nutricional é central, e a escola é um agente fundamental nesse sentido, pois uma alimentação não saudável, ou insuficiente pode ocasionar consequências no desenvolvimento físico, mental e conseqüentemente na aprendizagem.

Palavras-Chaves: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Fome. Desnutrição. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Educação (UEPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA; Coordenadora Pedagógica e Gestora Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (PB).

² Aluna do Curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA.

³ Licenciado em Química (UEPB); Cursando Licenciatura em Pedagogia (UNINTER); Secretário escolar da rede Municipal de Campina Grande.

⁴ Pedagoga e professora de Letras/Libras (UVA/UFPB). Especialista em Psicopedagogia; AEE e Inclusão escolar. Prof.^a Educação Básica da Rede Municipal de Campina Grande.

Apesar das políticas de combate à fome e a miséria que foram implementadas nas últimas décadas, ainda se discute a fome em nosso país, pois esta é fato constatado e apresentado constantemente nos diversos meios de comunicação, apesar da implantação, nos últimos anos, de programas como Fome Zero, que atualmente engloba, dentre outros, o Programa Bolsa Família, que tem como principal finalidade garantir a segurança alimentar da população de baixa renda.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º trata dos direitos sociais, prevê através da interpretação sistemática de outros artigos é função do Estado respeitar, proteger e realizar o direito à alimentação, em articulação com os outros direitos humano. No seu artigo 208, incisos IV e VII, reconhece a alimentação dos alunos da rede pública como um direito, garantindo o atendimento universal aos escolares por meio de um programa de alimentação, sem qualquer discriminação.

Buscando suprir essas necessidades o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entrou no cenário das políticas educacionais como objetivo de atender a todas as crianças da rede pública do ensino fundamental (municipal e estadual) e escolas filantrópicas conveniadas, por meio da oferta de uma refeição que responda por pelo menos 15% das necessidades energético-proteicas diárias do grupo-alvo.

Diante do exposto, levantamos o seguinte questionamento de pesquisa: *como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto política educacional, pode contribuir para o combate à fome e a desnutrição em crianças e adolescente em idade escolar?*

Para responder a esse questionamento apontamos como objetivo geral: Discutir a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o combate a fome e a desnutrição em crianças e adolescente em idade escolar. Como objetivos específicos elencamos: identificar a importância do PNAE no contexto escolar; relacionar o PNAE ao combate a fome e desnutrição da criança e adolescente em idade escolar.]

Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica para a qual recorreremos a legislação vigente que trata da política de alimentação e nutrição do escolar e autores que discutem a Política Pública de Alimentação Escolar e a desnutrição da criança em idade escolar. A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2017. Os artigos foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: presença dos descritores escolhidos no título do trabalho ou inseridos no resumo; artigos na íntegra disponíveis em texto completo; escritos nos idiomas português; publicados entre janeiro de 2009 a junho de 2016. Optou-se por este período de seleção em virtude da disponibilidade e concentração recente de publicações sobre a temática. Como critério de exclusão considerou-se os trabalhos

distantes da temática abordada, material não publicado e os artigos que se apresentassem duplicados. A amostra final foi composta por 08 artigos.

2. POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E A DESNUTRIÇÃO NO BRASIL: POSSIBILIDADES DO PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que através da transferência de recursos financeiros, assegura a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (Educação Infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O programa tem como objetivo fornecer uma alimentação adequada durante a permanência do aluno na escola, de forma a contribuir com o desenvolvimento da aprendizagem e o rendimento escolar. A partir de 1998, o PNAE passa a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o objetivo de atender às necessidades nutricionais dos estudantes, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar. O programa, também, passa a ser acompanhado por outros órgãos, nas três esferas do governo, a exemplo das Entidades Executoras (EE), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e as Unidades Executoras (UEX). (CHAVES, 2006).

Portanto, os recursos destinados ao PNAE são oriundos do FNDE, que é o principal responsável pela transferência dos recursos do Governo Federal, bem como pela normatização, coordenação, monitoramento, execução do programa, entre outras ações. Entretanto, esses recursos podem ser completados pelos estados, municípios e Distrito Federal. O programa tem suas bases e orientações legais na Portaria Interministerial nº 1010, de 08 de maio de 2006 que instituir as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de áreas que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar (BRASIL, 2006).

Em relação aos valores repassados para o PNAE, estes são baseados no censo escolar do ano anterior. O censo informa ao FNDE o número de estudantes matriculados na creche, pré-escola, ensino fundamental, escolas filantrópicas e, também, os estudantes das escolas quilombolas e indígenas. A partir desses dados é calculado quanto cada estado, município e o Distrito Federal deverão receber por estudante matriculado. De acordo com informações do site do FNDE, atualmente o valor repassado por estudante são os seguintes: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental, médio e educação de jovens e

adultos: R\$ 0,36; Ensino integral: R\$ 1,07 alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (KOIWASKI, 2017). Ainda de acordo com o autor, a alimentação fornecida pelo PNAE deve suprir ao menos 30% da recomendação nutricional diária (calorias e proteínas) daqueles estudantes que permanecem na escola por meio período e, no mínimo, 70% da recomendação diária para aqueles que permanecem em período integral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma vez selecionados e aprovados pelos critérios de inclusão e exclusão, os estudos foram impressos, lido na íntegra, identificou-se os principais pontos de cada estudo que respondiam os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso, e os juntamos por temas em comum. Por fim, eles foram sintetizados no tópico “Discussões”.

Quadro 1. Descrição dos artigos selecionados segundo autor/ano, periódico, título do trabalho, objetivo e conclusão.

Autor/Ano	Título do trabalho	Objetivo	Conclusão	Periódico
XEREZ, Nayana de Paiva Fontenelle (2016)	Cardápio e Qualidade: composição nutricional na alimentação escolar	Avaliar qualitativamente as preparações do cardápio de escolas estaduais, comparar conforme o preconizado pelo PNAE e classificar os itens mais oferecidos.	Qualitativamente, os cardápios da alimentação escolar são inadequados em relação à oferta de frutas, verduras e legumes; monótonos em relação a cores e à oferta de variação protética; além de oferecerem uma excessiva oferta de doces, em desacordo com o preconizado pelo PNAE, o que justifica uma oferta elevada de carboidratos simples.	Dissertação (Mestrado em Gestão de Programas e Serviços de Saúde) – Universidade Ceuma, 2016.
ESQUERDO;BERGAMACO; ANDRADE, (2014)	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Atibaia -SP: Aquisição de produtos orgânicos para a merenda escolar	Analisar o PNAE e a sua contribuição para a promoção de uma alimentação mais saudável através da aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.	Percebeu-se que no município de Atibaia houve a melhoria na merenda escolar após a compra dos produtos da agricultura familiar, especialmente dos produtos orgânicos	Retratos de Assentamentos, v.17, n.2, 2014

<p>CHAVES; MENDES; et al (2009)</p>	<p>O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais</p>	<p>Analisa a utilização de alimentos e preparações regionais nos cardápios da alimentação escolar do ensino público brasileiro, bem como sua frequência e sua elaboração por nutricionistas.</p>	<p>Evidenciou que dos cardápios analisados, 63% a 87,8% foram elaborados por nutricionista. Entretanto mostro a necessidade de conscientização em relação a preservação e a recuperação da cultura alimentar brasileira, por meio da utilização das preparações regionais na alimentação escolar. O estudo ressalta a contribuição do PNAE, por se constituir em espaço educativo para alimentação saudável e a nutrição do escolar.</p>	<p>Rev. Nutr. [online]. 2009, vol.22, n.6, pp.857-866</p>
<p>BARBOSA et al.(2013)</p>	<p>Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades</p>	<p>Evidenciar a alimentação na escola como importante política na promoção da autonomia dos estudantes por meio de uma educação alimentar e nutricional desenvolvida de modo curricular, integrado pelos diferentes atores e sob a ótica da cidadania</p>	<p>A alimentação na escola suscita que haja integração das ações, dos atores e dos diversos espaços sociais interessados pelo tema alimentação como ministérios, sistemas de ensino, secretarias e escolas, de modo que se possa enfrentar, de modo integrado, sistemático, consistente e eficiente, as demandas da realidade contemporânea.</p>	<p>Rev. Ciência e Saúde Coletiva</p>
<p>LUCERO et al. (2010)</p>	<p>Acompanhamento nutricional de crianças de baixa renda que se beneficiam do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)</p>	<p>Avaliar o perfil nutricional de escolares da rede pública de ensino da cidade de Santa Maria/RS.</p>	<p>O estudo concluiu que o aprimoramento da alimentação escolar é de extrema importância, principalmente para crianças carentes, sendo o acompanhamento nutricional uma ferramenta fundamental para a monitoração do estado de saúde dessa população de risco. Os resultados encontrados neste estudo também, indicam que a desnutrição encontra-se como um problema relevante nos escolares,</p>	<p>Revista da AMRIGS, Porto Alegre, 54 (2): 156-161, abr.-jun. 2010</p>

			evidenciado pelo crescimento linear, característico da fase em que se encontram pelo baixo ganho de peso e também pela dificuldade em adquirir alimentos, pois para algumas crianças a escola é a garantia de realização de pelo menos uma refeição durante o dia.	
BOTELHO et al., (2010)	Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizados e percepções de um grupo operativo	Avaliar os aprendizados e percepções dos escolares participantes de um grupo operativo, voltado para discussões que visam a promoção da alimentação saudável.	Conclui-se que as ações educativas desenvolvidas propiciaram a construção de conhecimentos importantes sobre alimentação e nutrição, motivações, reflexões e troca de saberes pelas crianças.	Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. v. 35, n. 2, p. 103-116, ago. 2010.
SILVA (2016)	Avaliação da gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Campina Grande – PB	Avaliar a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Campina Grande (PB)	A gestão do PNAE ocorre de forma descentralizada nas escolas da rede municipal de ensino de Campina Grande, entretanto apresenta traços patrimonialista. O cardápio tem orientação do nutricionista da secretaria de educação, entretanto a escola tem autonomia para adaptar seu cardápio a realidade e gosto dos escolares. O estudo aponta como contribuição do programa o fato deste ser o principal instrumento para sanar os problemas nutricionais dos alunos, bem como contribui para práticas de educação alimentar.	Biblioteca Digital da Universidade Estadual da Paraíba Campus 1 - Campina Grande CCSA - Centro de Ciências e Aplicadas
SOUZA, A. H. W.; SILVEIRA, J.; MORO, F. C.; BARBOSA, J. F.;	Alimentação Escolar e Direitos Humanos: um	Relacionar a evolução histórica, política e	O PNAE, enquanto política de alimentação e nutrição do escolar	Rev. História Helikon, Curitiba, v.3, n.6,

RIBEIRO, C. S. G.; AULER, F.; BOVKALOVSKI, E. C (2016)	Enfoque nas Necessidades Alimentares Especiais	legislativa do PNAE com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito de indivíduos que possuem necessidades alimentares especiais (NAE).	ainda não atende as necessidades alimentares especiais dos alunos que apresentam NEE, sendo necessário se discutir ajustes e práticas alimentares inclusivas. Falta de capacitação dos funcionários envolvidos, seja pela falta do envio de alimentos específicos, seja pela não identificação dos alunos que tem tais necessidades.	p.105-124, 2º semestre/2016
---	---	--	--	--------------------------------

Fonte: Da autora da pesquisa, 2018

4.2. O PNAE e sua relação com combate à fome e a desnutrição do escolar

Na maioria dos estudos pesquisados, os autores concordam que o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE) é uma política educacional brasileira que contribui significativamente para o combate a fome e a desnutrição, pois o programa oferece pelo menos uma refeição ao dia para alunos da educação básica das escolas públicas, visando atender as necessidades nutricionais de estudantes durante a permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Quando o aluno participa das escolas de tempo integral a cobertura é maior, pois o aluno passa a fazer até três refeições na escola.

Os estudos demonstraram que o PNAE constitui-se um programa fundamental no combate à insegurança alimentar e ainda contribui para melhorar o aprendizado dos alunos. O programa, também contribui para melhoria da qualidade de vida de pequenos agricultores, pois este trabalha com o estímulo a agricultura familiar, melhorando a economia local. Do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do PNAE, pelo menos 30% devem ser destinados à compra direta de agricultores familiares. Essa determinação também reforça o desenvolvimento local, já que grande parte dos recursos investidos na aquisição da alimentação escolar fica no próprio município.

Chaves; Mendes; et al (2009) evidenciaram a obrigatoriedade de haver nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar nos estados, no Distrito Federal e nos municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois esta é garantida pela Medida Provisória nº 2178-36/2001, que rege o Programa. Entretanto, seu estudo evidenciou que, embora

seja o profissional nutricionista o principal responsável pela elaboração do cardápio, ainda evidenciou-se cardápios elaborados sem orientação deste profissional. Outra problemática levantada no estudo foi a necessidade de se discutir e se respeitar as preparações e costumes regionais na elaboração destes cardápios. Portanto, os autores propõem em seu estudo, e concordamos com estes, que se faz necessário a conscientização do profissional da nutrição e dos demais responsáveis pelo setor de alimentação escolar, para a preservação e a recuperação da cultura alimentar brasileira, por meio da utilização das preparações regionais na alimentação escolar, visando à sua disseminação pelos escolares a por toda a sociedade brasileira.

Xerez (2016); Esquerdo et al (2014) e Chaves; Mendes; et al (2009) evidenciaram o importante papel do nutricionista no contexto de elaboração do cardápio da merenda escolar, permitindo que este respeite os costumes e tradições regionais. Deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. Deverão, ainda, ser diferenciados para cada faixa etária dos estudantes e para os que necessitam de atenção específica, e deverão conter alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar. Os autores dos respectivos estudos, também evidenciam que o nutricionista responsável-técnico pelo Programa, e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, deverão coordenar o diagnóstico e o monitoramento nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.

A alimentação saudável é primordial para os alunos em idade escolar, pois é capaz de evitar ou diminuir déficits, carências e excessos nutricionais, além de melhorar o aproveitamento escolar. Nesse sentido, Rodrigues e Souza (2012) e Silveira.; Moro.; Barbosa.; Ribeiro.; Auler, Bovkalovski (2016) ressaltam a importância que o PNAE tem em ser um programa que busque o incentivo a boas práticas alimentares, a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento saudável do aluno, respeitando as diferenças e carências especiais dos alunos que apresentam NEE, contribuindo, também, para as práticas alimentares inclusivas.

Lucero et al. (2010) evidencia em seu estudo a importância da alimentação escolar para crianças carentes e que passam pelo problema da desnutrição. Apontam o PNAE como um programa que auxilia ao combate da desnutrição na população carente atendida pelas escolas públicas, uma vez que o PNAE oferece pelo menos uma refeição ao dia para alunos da educação básica, visando atender as necessidades nutricionais de estudantes durante a permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

BOTELHO et al., (2010) e Silva (2016), em seus estudos, defendem que a alimentação escolar é um instrumento eficaz para a recuperação dos hábitos alimentares adequados e na promoção da segurança alimentar nas escolas. Nesse sentido, os autores explicam que ao promover bons hábitos alimentares nas escolas favorecem o desenvolvimento da aprendizagem, pois o aluno bem alimentado mostra um potencial maior. Sendo assim, o consumo de alimentos de forma adequada leva as crianças ao bom desempenho escolar e assegura maior facilidade de assimilação dos conhecimentos, além de prevenir uma série de doenças e desequilíbrios futuros, como problemas relacionados ao crescimento, colesterol alto e, também, obesidade infantil.

Todos os estudos pesquisados apontam a alimentação saudável como fator primordial para os alunos em idade escolar, pois é capaz de evitar ou diminuir déficits, carências e excessos nutricionais, além de melhorar o aproveitamento escolar. Os estudos, também mostram que a alimentação está diretamente relacionada ao aprendizado, sendo a base deste. Um aluno bem nutrido tem maior facilidade para aprender, melhor desempenho em suas atividades, maior concentração e desenvolvimento adequado. Nesse sentido, a alimentação escolar apresenta a função de suprir parte das exigências nutricionais do crescimento e manutenção orgânicas, bem como a de proporcionar modelos de refeição de qualidade nutricional adequada e promover a formação de bons hábitos alimentares.

Os estudos demonstram que a merenda escolar, mesmo sem promover grandes mudanças no estado nutricional da clientela, interfere positivamente no rendimento escolar, pois, ao agir sobre a fome do dia, aumenta a capacidade de concentração nas atividades pedagógicas. Conclui-se, então, que a alimentação fornecida na escola tem grande importância tanto nutricional, quanto social e pedagógica para os alunos que dela usufruem.

É consenso entre os estudos que se alimentar de forma saudável é fundamental para o desenvolvimento integral de todos indivíduos. Em um país onde a fome e a desnutrição ainda são graves problemas sociais, ao passo que aumentam os casos de obesidade, o tema da educação alimentar e nutricional é central, e a escola é um agente fundamental nesse sentido. Para os autores dos estudos que fizeram parte dessa pesquisa, as instituições educacionais são um espaço

privilegiado, uma vez que acompanham as diversas fases do desenvolvimento desde a primeira infância, etapa em que começam a se moldar os hábitos alimentares que repercutirão por toda a vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, no Brasil, a política de alimentação do escolar vem avançando na proteção e garantia do direito a alimentação escolar saudável através de programas e políticas públicas consideradas essenciais, e o PNAE se destaca como importante instrumento para fortalecer a proteção do direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O programa vem oferecendo pelo menos uma refeição ao dia para alunos da educação básica das escolas públicas, visando atender as necessidades nutricionais de estudantes durante a permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Tendo em vista os resultados obtidos, pôde-se verificar que a alimentação escolar é de extrema importância, principalmente para crianças carentes, sendo o acompanhamento nutricional uma ferramenta fundamental para a monitoração do estado de saúde dessa população de risco.

Outro ponto que merece destaque no estudo é que a alimentação escolar garante o acesso mínimo das crianças à alimentação combatendo a fome imediata, ao mesmo tempo em que transforma as economias locais. A longo prazo, a melhoria nos níveis nutricionais das crianças e adolescentes depende de outros fatores, como a renda das famílias, a saúde e outros investimentos em infraestrutura. As políticas sociais, quando coordenada de forma intensiva para o apoio de programas de alimentação escolar, podem gerar ganhos efetivos, não apenas em termos de gestão dos recursos públicos, mas também para a educação, a saúde e o desenvolvimento local e segurança alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, L. P.; ZANIRATI, V. F.; PAULA, D. V.; LOPES, A. C. S.; SANTOS, L. C. **Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizados e percepções de um grupo operativo.** Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 103-116, ago. 2010.. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1519-8928/2010/v35n2/a0008.pdf>. Acesso em maio de 2018.

BRASIL, MEC. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional de alimentação Escolar.** Brasília, DF 2014. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>. Acesso em maio de 2018.

_____. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução/CFN nº 465 de 23 de agosto de 2010.** Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 16 jun. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/resol-cfn-465-atribuicao-nutricionista-pae.pdf>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, n. 113, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=L&EI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI Acesso em maio de 2018.

_____. Portaria Interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 87, p. 70, 9 maio 2006. Disponível em: <http://crn3.org.br/Areas/Admin/Content/upload/file-0711201572722.pdf>. Acesso em maio de 2018.

_____. Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União 1994; 12 jul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000088&pid=S1413-8123201300040000300006&lng=en. Acesso em maio de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil; 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em maio de 2018.

CHAVES, Lorena Gonçalves. **Políticas de Alimentação Escolar** / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília : Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88p. - (Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf. Acesso em maio de 2018.

CHAVES, Lorena Gonçalves; SANTANA, Thais Cristina Mantovani; GABRIEL, Cristine Garcia and VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.4 [cited 2017-10-30], pp.917-926. Available from: ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400003>. Acesso em maio de 2018.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Atibaia/SP: aquisição de produtos orgânicos para a merenda escolar. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 257-278, jul. 2014. ISSN 2527-2594. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/175>>. Acesso em maio 2018.

FERNANDES, F. M. **Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES**. 2006. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória, 2006. Disponível em: <http://www.ipv-pos.com.br/arquivos/18/Mono%20nutri%20clinica%20final.doc>. Acesso em maio de 2018.

IRALA, C. H.; FERNANDEZ, P. M. **Peso Saudável. Manual para Escolas. A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis**. 2001. Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/peso_saudavel.pdf. Acesso em janeiro de 2018.

LOPES, Jean Marco Vargas. **Desafios do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. III Seminário Internacional de Educação Profissional do IF Farroupilha. Anais, disponível em: <http://sistemas.iffarroupilha.edu.br/anais-mobrec2016/pages/trabalhos/trabalhos/Jean%20Marco%20Vargas%20Lopes.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

LUCERO, Letícia Monfardini. **Acompanhamento nutricional de crianças de baixa renda que se beneficiam do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)**. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, 54 (2): 156-161, abr.-jun. 2010. Disponível em: http://www.amrigs.org.br/revista/54-02/08-509_acompanhamento.pdf. Acesso em março de 2018.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio and CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?**. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2011, vol.65, n.3, pp.267-288. ISSN 0034-7140. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003>. Acesso em março de 2018.

MAZETTO, F. A. et al. **Fome Oculta**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial, II Semestre, 2011. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3148/3007 Acesso em março de 2018.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp.7-20. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002> Acesso em abril de 2018.

OLIVEIRA, Fabiana de Cássia Carvalho et al. **Programa Bolsa Família e estado nutricional infantil: desafios estratégicos** [Bolsa Família Program and child nutritional status: strategic challenges]. *Ciê. Saúde Coletiva*, v. 16, n. 7, p. 3307-16, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000800030>. Acesso em abril de 2018.

PETRONILHO, Deborah Ribeiro; SILVA, Lumaira Maria Nascimento. **Os efeitos da desnutrição sobre o desenvolvimento físico e mental infantil caso observado no município de Paracatu**, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7641833-Os-efeitos-da-desnutricao-sobre-o-desenvolvimento-fisico-e-mental-infantil-caso-observado-no-municipio-de-paracatu-resumo.html>. Acesso em abril de 2018.

PENTEADO MAZETTO, Francisco de Assis et al. **FOME OCULTA**. 2012. Disponível em: <http://repositoriosidca.csuca.org/Record/RepoUNACR5997>. Acesso em abril de 2018.

PINTO, H. S. **A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014 (Texto para Discussão nº 150). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em abril de 2018.

RANGEL, Carolina Netto, Et al. **Relações entre o Programa Nacional de Alimentação escolar e a Educação Alimentar e Nutricional: discutindo a produção científica e o papel da comunidade escolar**. *Rev. Ensino, Saúde e Ambiente – V6 (3)*, pp. 142-161, dez. 2013. Disponível em: <http://ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/151>. Acesso em abril de 2018.

RODRIGUES, Vanessa Iansen; PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **Não consigo aprender de barriga vazia” – Um estudo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. O EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. Anais/2017, ISSN 2176-1396. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p86/anais.html?titulo=&edicao=6>. Acesso em abril de 2018.

SILVA, José Arthur Oliveira. **Avaliação da gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Campina Grande – PB**. 2016. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016. [Artigo]. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13908>. Acesso em maio de 2018.

SOUZA, Andrey Henrique Wille de. **Alimentação Escolar e Direitos Humanos: um Enfoque nas Necessidades Alimentares Especiais**. *Revista de História Helikon*, v.3, n.6, 2016. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/helikon?dd1=16518&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em maio de 2018.

VARELA, Danielle Santiago da Silva; Fraga, Jeovane Alberto Alves. **A relação entre a desnutrição e o desenvolvimento infantil**. *Rev. Assoc. Bras. Nutr.*: Vol.4, N.5, jan-jun 2012. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/download/129/105>. Acesso em maio de 2018.